



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

---

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

---

### RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Assunto:** Audiência Pública com a presença de representantes do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 1º Quadrimestre de 2021.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, no dia 11 de junho de 2021, às 13h, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, Presidente da Comissão Assuntos Econômicos.

**PRESENTES** os Deputados: Saullo Vianna e Serafim Correa. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos deputados e do Secretário da Sefaz, Alex Del Giglio, bem como dos demais servidores do Governo do Estado. Em seguida, o Presidente ressaltou que todos os membros da CAE foram devidamente convidados, e repassou a palavra ao Secretário da Sefaz, Alex Del Giglio, que passou a fazer a apresentação dos servidores do Governo do Estado: Sr. Luiz Otávio da Silva - Secretário Executivo do Tesouro, Christiane Travassos dos Santos - Secretária Executiva de Orçamento, Darío José Braga Paim - Secretário Executivo da Receita, Anny Caroline Silveira Saraiva – Chefe de Departamento de Arrecadação, Denis Moura de Oliveira Rocha – Chefe do Centro de Estudos de Finanças Públicas, Maria Conceição Guerreiro - Diretora de Contabilidade, Luiz Aurélio Carvalho Leite – Chefe do Departamento de Tributação.

Antes de repassar a palavra ao Secretário do Tesouro, o Secretário Alex, fez um preâmbulo dos dois anos e meio de gestão, especialmente, do 1º quadrimestre de 2021. Disse que o início dessa gestão se deu no momento muito difícil, em termos de caixa e de dívidas de governos anteriores, mas que graças ao trabalho de uma equipe eficiente conseguiram elevar a receita com processos mais rígidos de fiscalização e com ajustes tributários sem aumentar a carga (alíquota e base de cálculo), que tudo isso corroborou para o excelente desempenho desses dois anos e meio de gestão, sobretudo nesse ano. Disse que por parte da despesa teve um controle efetivo da dívida, o que proporcionou uma maior liquidez e maior poupança, acrescentou que tudo indica que ano que vem o Estado do Amazonas, da forma que vem controlando as receitas e despesas, adquira Capacidade de Pagamento A, destacando que será algo inédito no Estado do Amazonas. Destacou que esse semestre a receita foi bem representativa, com crescimento superior a 10%, em termos nominais. Em relação às despesas, destacou que há um controle grande de empenhos e

Fone: 92 3189-4585



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

---

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

---

liquidações, o que faz com a saúde financeira do Estado se encontre boa. Em seguida repassou a palavra ao Sr. Luiz Otávio da Silva (Secretário Executivo do Tesouro), para dar início à apresentação.

Repassada a palavra ao **Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva**, o mesmo cumprimentou todos e deu início a apresentação da Situação Fiscal do Estado no 1º quadrimestre de 2021. Destacou que a apresentação é feita em obediência a LRF, e passou informar os principais Indicadores de Despesas referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2021. Passou a apresentar a participação dos setores em relação ao total das despesas, as quais totalizaram R\$ 5,46 Bilhões, sendo: 25% em Encargos Especiais, 13% em Educação, 20% em Saúde e 15% em Previdência. Informou que o primeiro grupo com maior gasto foi dos encargos pessoais e transferência aos municípios, segundo grande gasto foi no setor da saúde, deuse, obviamente, por conta da pandemia, que essa situação pressiona todos os entes da federação, em terceiro lugar destacou o grupo da previdência e em quarto da educação. Logo após, apresentou um comparativo do 1º quadrimestre de 2021 em relação ao 3º quadrimestre de 2020. Destacou que em relação à receita total, houve uma variação de R\$ 826 milhões, que em termos percentuais chegaram a 13%. Na Despesa de Pessoal, houve uma variação de R\$ 354 milhões em termos numéricos e em termos percentuais 15%. Em termos de Distribuições Constitucionais aos Municípios, tiveram uma variação de R\$ 107 milhões, equivalente a 12%. Em termos de Demais Despesas, houve uma variação de R\$ 191 milhões, um percentual de 12%. Ressaltou que houve também um incremento de despesas na área social, autorizado no início de 2021 na ordem de R\$ 90 milhões, que já estão incluídas nessas despesas. Nos Repasses aos Poderes, a variação foi de R\$ 66 milhões, e em termos percentuais 10% de aumento. Acrescentou que o Índice Fiscal da Despesa com Pessoal hoje se encontra em 49,04%, Educação 21,61%, Saúde 18,05%, reforçou o aumento nos gastos na saúde os efeitos da pandemia, e quanto a Dívida Consolidada sobre a RCL chegou a 38,81%. Em seguida discorreu sobre um comparativo do montante executado no mesmo período em 2020, e o mesmo período em 2021, que em 2020 houve uma despesa liquidada de R\$ 970 milhões com a saúde, e em 2021 um total de R\$ 1,07 Bi até abril. Destacou que houve um controle bem rígido de sustentabilidade de dívida, que está veio reforçada com a PEC Emergencial que foi publicada pela EC 109/21, que prevê a sustentabilidade da dívida. Disse que há uma grande preocupação por parte do Tesouro Nacional dos entes adquirirem dívidas além de sua capacidade, inclusive dívidas com garantias da União, e essas dívidas se reverterem para o Governo Federal assumir, então para que haja sustentabilidade de toda a Federação, é necessário que os Entes que diretamente contraírem

Fone: 92 3189-4585



com.cae@aleam.gov.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

---

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

---

essas dívidas, tenham condições de suportar o ônus da mesma, por isso o Governo do Estado se preocupou em diminuir a porcentagem da dívida em relação a RCL, e destacou que o Governo iniciou o exercício sem os parâmetros dados pela LC 173 que permitiu a suspensão do pagamento de dívida no ano passado, e cresceu que já iniciaram o ano com pagamento de dívida integral em 2021, e que houve dívidas que ficaram suspensas no passado e que aumentaram, que além da dívida de 2021, trouxeram dívidas de 2020 que fossem pagas também. Em seguida apresentou gráfico do comparativo de receita primária menos despesa primária, que em 2020 chegou a R\$ 1,33 Mi, e em 2021, no mesmo período, chegou a R\$ 1,45 Mi. Disse que o objetivo do resultado primário é o esforço que, dentro de suas receitas e de suas despesas normais, o Estado busque gerar um estoque de recurso financeiro para fazer frente despesas com o estoque da dívida. Concluiu que o demonstrativo indica uma saúde financeira do Estado em relação ao aumento do resultado primário.

Dada a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o mesmo informou que o relatório apresentado fora repassado, antes da audiência pública, a todos os membros da CAE. Em seguida repassou a palavra ao Deputado Serafim Correa para fazer suas ponderações.

Com a palavra o **Deputado Serafim Correa**, cumprimentou todos os presentes e discorreu que embora em 2019 tenha sido aprovada uma lei congelando salários, em um único quadrimestre houve um aumento de R\$ 354 milhões na folha, houve um crescimento muito bom na arrecadação (R\$ 826 Mi), mas que quase metade disso foi consumido por aumento de folha salarial. Argumentou que queria entender esse descompasso e acrescentou, também, a questão da redução da dívida, que esta foi reduzida porque aumentou a arrecadação de um lado e de outro o Estado fez desembolsos maiores, com isso a relação dívida X RCL caiu, em seguida o eminente deputado Serafim Correa parabenizou a equipe do Governo, que terá um desafio bem maior dada a pressão que sofrerá daqui para frente, mas que o Estado estará com uma relação de dívida menor do que a que tinha anteriormente. Por fim, questionou sobre a relação dos saldos bancários de todos os Poderes, solicitados na última audiência.

**O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ricardo Nicolau** ratificou as palavras do Deputado Serafim Correa e acrescentou que em todas as reuniões sempre pontua que há um descompasso muito grande entre receita e despesa, diante da qualidade dos serviços públicos, acrescenta que a saúde financeira do Estado vem demonstrando estar cada vez melhor, parabeniza a equipe da Sefaz que vem cumprindo seu papel, sem aumentar alíquotas e realizando correções importantes. Questiona se o aumento

Fone: 92 3189-4585



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

---

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

---

de 15% no quadro de pessoal, se deu por aplicação de datas-bases ou se foi algum outro mecanismo que gerou esse aumento de receita, em seguida indagou sobre a redução da dívida, tendo em vista que durante a pandemia algumas dívidas foram suspensas e foram renegociadas para o final do contrato, pondera que a relação do endividamento do Estado em virtude do aumento da arrecadação melhorou, porém salienta que nominalmente a dívida do Estado aumentou por conta de financiamentos que foram trazidos e que irão ser pagos no final do contrato, e ao serem pagos no final do contrato incorpora-se encargos. Finaliza dispondo que diante de todas as possibilidades que poderia haver de queda na arrecadação e dificuldades de pagamento, por conta da pandemia, a arrecadação aumentou, também lembrou que na primeira reunião de 2019, foi levantada a possibilidade de o Estado não conseguir pagar a folha de outubro, e que a situação é totalmente diferente da apresentada hoje, e que em muito alegrava os dados trazidos à Comissão.

Com a palavra, o **Deputado Saullo Vianna**, cumprimentou a todos, e também ratificou as palavras dos Deputados Serafim Correa e Ricardo Nicolau, e lembrou da temeridade que existiu em 2019, diante da possibilidade que havia de o Estado não conseguir pagar a folha de pessoal, ressaltando e parabenizando o trabalho que a SEFAZ vem fazendo sobre a questão do equilíbrio das contas e dos gastos, ato contínuo perguntou sobre o aumento com as despesas de pessoal, e acerca do limite mínimo de gastos com a educação não ter sido ainda atingido.

Passada a palavra ao **Secretário Luiz Otávio da Silva**, para que responda aos questionamentos, o mesmo informou que o aumento com gastos de pessoal se deu por conta de contratações na área da saúde para atender a mão de obra necessária em virtude da pandemia, bem como o cumprimento de determinações judiciais para a contratações de bombeiros, IDAF E IDAM, e também foi concedido pelo Governador do Estado do Amazonas um abono para a saúde no montante de R\$ 30 milhões, alegou que não houve em nenhum momento desrespeito ao que está previsto em legislação com relação a vedação de contratação de pessoal e conforme a gestão fiscal responsável.

Esclarece também, que em relação a dívida não houve aumento, somente o deslocamento do período de pagamento, salientando que houveram dívidas que foram diluídas pelo período total da dívida, e dívidas que foram levadas para o final do contrato, e outras dívidas que ficaram com o pagamento para o presente ano, as quais pressionam consideravelmente o caixa de execução de encargos gerais. Em seguida o Secretário aclarou que foi enviado um relatório pelo sistema SISGED, acerca do saldo de caixa dos Poderes, mas que seria enviado novamente diretamente aos Deputados e a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam.

Fone: 92 3189-4585



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

---

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

---

Ato contínuo, em respostas aos questionamentos, o **Secretário Luiz Otávio da Silva** finaliza respondendo sobre o gasto com educação, o qual segue uma lógica de programação orçamentária e financeira. Acrescenta que a Constituição prevê 25%, contudo esse índice deve ser atingido no exercício inteiro, assim conforme a entrada de receita, e conforme toda a programação, vai sendo executado e no final do exercício se terá cumprido o índice previsto.

Em seguida, o Deputado Serafim Correa solicita a SEFAZ uma relação com os credores com dívida fundada em 31 de dezembro de 2018, 2019, 2020 até 30 de abril de 2021, alegando que trará uma transparência maior para a população do que está sendo feito, como exemplo a diminuição do perfil da dívida, que esta seja divulgada.

Por fim, o Presidente da Comissão fez suas alegações finais. Agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 1º Quadrimestre 2021.

**Ricardo Nicolau**

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Fone: 92 3189-4585

com.cae@aleam.gov.br

@deputadoricardonicolau

@ricardonicolau